

As relações contemporâneas entre Brasil e Cuba: do intercâmbio comercial à cooperação

*The contemporary relations between Brazil and Cuba: from commercial exchange to
cooperation*

Bruno Almeida Santos¹

Marcos Antonio da Silva²

RESUMO

Este trabalho analisa as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Cuba no presente século. Para tanto, procura demonstrar que tal relação se insere na nova dinâmica da política externa brasileira em relação aos países do Sul, especialmente a América Latina. Em seguida, aponta as características principais do intercâmbio comercial, considerando seu volume e elementos. Finalmente, aponta que o fortalecimento de laços entre os países é resultado da convergência de políticas relacionadas à abertura de novos mercados e projeção regional no caso brasileiro e no caso cubano relaciona-se à recuperação econômica e à construção de novas parcerias.

Palavras-chave: *Política externa; Brasil; Cuba.*

ABSTRACT

This paper analyzes the diplomatic and trade relations between Brazil and Cuba in this century. Therefore, it seeks to demonstrate that this relationship falls within the new dynamics of Brazilian foreign policy toward the countries of the South, especially Latin America. Then it points out that the main characteristics of trade, considering its volume and elements. Finally, it points out that the strengthening of ties between the countries is the result of convergence of policies related to opening new markets and regional projection in the Brazilian case and the Cuban case relates to economic recovery and building new partnerships.

Keywords: *foreign policy; Brazil; Cuba.*

INTRODUÇÃO

¹ Discente de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista PIBIC UFGD/CNPQ.

² Professor de Ciência Política do curso de Ciências Sociais e do mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina (LIAL/UFGD).

Nas últimas duas décadas, as transformações no cenário internacional e as mudanças políticas internas específicas conduziram a ajustes e reorientações na política externa de Brasil e de Cuba. No caso brasileiro, depois da crise do estado desenvolvimentista e do ajuste neoliberal dos anos 1990, a ascensão de um bloco liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder provocou ajustes, apesar das continuidades, na política interna e na projeção internacional do país. Dessa forma, na política externa foram implementadas, ainda que de forma suave, ações que se mantinham alinhadas as bandeiras históricas do partido como a ênfase na integração regional, maior autonomia e ativismo no cenário internacional e uma política sul-sul, entre outras, conduzidas, em grande medida, pela diplomacia presidencial exercida por Lula (ALBUQUERQUE, 2007; VILLA & VIANNA, 2007). Sendo assim, o Brasil procurou intensificar suas relações políticas e comerciais nos últimos anos com a América Latina, assumindo um papel ativo e destacado no continente e procurando projetar sua imagem internacional (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

No caso cubano, as transformações e os desafios gerados pelo desaparecimento do bloco soviético determinaram a dinâmica política do país nas últimas duas décadas e uma série de transformações no cenário doméstico e em sua projeção internacional. Internamente, um conjunto de reformas foi empreendido procurando estancar a crise econômica e promover a recuperação do sistema produtivo. No cenário internacional, tais desafios levaram a necessidade de reorganização dos laços externos do país e a construção de novas parcerias para o desenvolvimento de seu comércio exterior. Tais medidas foram impulsionadas com a ascensão de Raúl Castro, em 2008, que tem procurado aprofundar as reformas internas e ampliar a diversificação de parceiros comerciais do país.

Nesse sentido, este artigo procura analisar a aproximação entre o Brasil e Cuba no presente século, dentro do marco de aprofundamento das relações brasileiras com os demais países latino-americanos. Sendo assim, pode-se ressaltar que tal aproximação provocou o aumento constante do intercâmbio comercial entre Brasil e Cuba e, também, se relaciona a projetos de cooperação e investimentos brasileiros na ilha caribenha.

Para tanto este trabalho está organizado da seguinte forma. Na primeira parte, apresenta um breve balanço da relação entre Brasil e Cuba no século passado. Em seguida, analisa os principais elementos da política externa contemporânea de cada país.

Finalmente, discute as relações comerciais e os principais projetos de cooperação e investimentos desenvolvidos entre os dois países neste novo século e apresenta as considerações finais.

1. BRASIL E CUBA: DESENCONTROS, DISTANCIAMENTOS E POLÍTICA EXTERNA

Apesar do estabelecimento, já em 1906, de relações formais entre o Brasil e Cuba, tal relação permaneceu tênue e marginal, por diversas razões. Na primeira parte do século passado, essas relações tiveram certa relevância entre os anos 1950 e 1960, motivadas por razões de política interna e atuação internacional destes países. Nas primeiras décadas deste novo século, readquiriram um novo impulso, embora não se constituam como prioritárias para ambas as nações (BEZERRA, 2012). Apesar da influência dos elementos internos pode-se considerar que o desenvolvimento da política externa de cada país, considerando seus objetivos e ações, pode ser considerado determinante para tal dinâmica.

No caso brasileiro, uma efetiva política externa, como instrumento de desenvolvimento nacional, só irá se efetivar com a proposta da Operação Pan-americana, do governo JK, e o estabelecimento da Política Externa Independente (PEI) no início dos anos 1960 (ALTEMANI, 2005; PECEQUILLO, 2004).

Antes disso, a política externa era marcada por um alinhamento informal e automático com os EUA, a famosa aliança não-escrita do Barão do Rio Branco, embora nos anos 1930 ocorressem tentativas de ação autônoma (VIZENTINI, 2003). Associado a isto, deve-se destacar que o perfil econômico dos países era extremamente semelhante, começando a se diferenciar na década mencionada com o processo de industrialização brasileira que só irá se consolidar nas décadas de 1960 e 1970, o que dificultou o aprofundamento de tais laços, pelo menos no âmbito comercial.

No caso cubano, ocorria uma dinâmica semelhante com um agravante. O perfil econômico do país era similar ao brasileiro neste período, baseado na produção agrícola, principalmente o açúcar, o que dificultava o intercâmbio comercial. Além disso, as relações cubanas (políticas e comerciais) estavam orientadas por uma relação intensa e privilegiada com os EUA, que dominavam o comércio exterior do país (PISANI, 2002; SEGRERA, 1988). Nesse sentido, Brasil e Cuba eram mais competidores pelo perfil de suas economias e pelo desejo das relações e benesses americanas do que parceiros.

Isto se modifica, parcialmente, no final da década de 1950 e 1960, com a afirmação da Revolução Cubana. Tal acontecimento determinará grande parte das relações bilaterais, interamericanas e internacionais, pois insere a pequena ilha caribenha no quadro da Guerra Fria que marcava as relações internacionais no período. Dessa forma, a Revolução Cubana influenciará, de forma profunda, a América Latina nas décadas posteriores e as relações cubanas e americanas com o continente (AYERBE, 2004; BANDEIRA, 1998).

Nesse sentido, a questão cubana, como relação bilateral e posicionamento no conflito cubano-americano, emerge para a diplomacia brasileira como um desafio que, pelo menos, até os anos 1980, demonstrará a capacidade de atuação autônoma do país no cenário internacional. Por isso, depois da simpatia equidistante do governo JK, tal questão adquire uma relativa importância nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (BEZERRA, 2012).

Em seguida, o golpe e a instauração do regime militar determinaram, evidentemente, uma “reversão de expectativas” da política externa brasileira e uma correção de rumos de tal política até sua reelaboração nos anos 1970. Tal reversão foi marcada, pelo menos nos primeiros governos militares, pelo retorno de um alinhamento quase automático com os EUA e, obviamente, pelo rompimento das relações diplomáticas com Cuba³.

Na ótica cubana, pode-se destacar que tal rompimento, embora inevitável, não era desejado. Nesse sentido, a liderança cubana desenvolvia uma política externa que procurava combinar a promoção e o apoio às atividades revolucionárias com o desenvolvimento de políticas formais com diferentes estados e, provavelmente, buscava a manutenção de relações com as nações latino-americanas para evitar o isolamento regional.

³ Segundo Bezerra, o regime militar brasileiro se justificou afirmando que: “com respeito às relações entre Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o governo Fidel Castro, sobretudo nos últimos tempos, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao diálogo regular por canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados no proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais, reafirmados agora pela revolução vitoriosa. (...) A decisão tomada pelo governo brasileiro está em perfeita consonância com o seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional” (citado por BEZERRA, 2012, pg. 230).

Além disso, se no período anterior as relações externas cubanas foram determinadas pela ligação profunda com os EUA, tendo como base o açúcar, este novo momento, da década de 1960 a primeira metade dos anos 1990, foi marcado pela centralidade dos laços (econômicos, políticos, militares,...) com a URSS, com quem Cuba desenvolve a maior parte de seu comércio internacional (importações e exportações)⁴.

Dessa forma, a retomada formal de laços só irá ocorrer com o fim do regime militar brasileiro, durante o governo Sarney, em 1986. Tal reatamento pode ser considerado obra dos civis, destacadamente da ação presidencial e do Ministério das Relações Exteriores, no caso brasileiro e da liderança cubana, considerando o novo contexto, no caso cubano. Isto só foi possível porque, apesar da resistência de certos círculos militares brasileiros que ainda consideravam Cuba sob a ótica geopolítica da Guerra Fria, predominou a percepção de que a atuação cubana já não era uma ameaça, pelo menos na região, e que o país já não constituía uma ameaça à segurança nacional (VASCONCELOS, 1991; BEZERRA, 2012)⁵.

Ao longo da década seguinte tal relação será marcada pela manutenção dos laços diplomáticos, com tensões e conflitos pontuais, sem o aprofundamento dos laços econômicos, embora o novo contexto cubano indicasse tal necessidade.

Com o fim da URSS, no início da década de 1990, e conseqüentemente da Guerra Fria, – o que de fato não acontece com Cuba, tendo em vista a continuação do bloqueio econômico dos EUA – Cuba se viu em uma situação de crescente pauperização, com a queda dos indicadores econômicos e a retração, em cerca de 40%, de seu PIB com graves conseqüências sociais e políticas. Assim, a década de 1990 foi a mais desafiadora para Cuba e para o povo desde o advento da Revolução. Para a recuperação da economia, a liderança cubana realizou um conjunto de reformas e procurou reorganizar seus laços externos⁶. Tais reformas conduziam a uma reorientação da economia cubana de forma a

⁴ “Em 1987, cerca de 90% das relações comerciais cubanas eram com países socialistas, muitas a preços vantajosos e, ainda no início dos anos 90, 40% dos alimentos de consumo, além do petróleo a preço preferencial, eram importados da URSS.” (SILVA, 2012, p. 167).

⁵ Como afirma Bezerra sobre a retomada das relações na perspectiva brasileira: “Uma página da história brasileira fora virada. O Brasil fechara o mosaico de seus interesses” (BEZERRA, 2012, p. 327).

⁶ Para estancar a crise e retomar o desenvolvimento, a liderança cubana desenvolveu uma série de reformas num processo denominado de “Período especial em tempo de paz” (CEPAL, 2000). Dentre essas, podemos destacar: diminuição do monopólio estatal sobre o comércio exterior; discriminação da posse do dólar e permissão para aberturas de contas bancárias, sem a necessidade de comprovação da origem da moeda; impulso as atividade produtivas e de serviços que gerassem ingressos em moedas fortes; maior esforço na

propiciar os recursos de que necessitava, pois como afirmou o ex-embaixador cubano no Brasil: “Cuba precisava e precisa de três elementos básicos (antes garantidos pela relação existente com a comunidade dos países socialistas): capital, mercados e tecnologia” (SÁNCHEZ-PARODI, 1998, p. 164).

Dessa forma, a construção de novas parcerias comerciais e a reconstrução do comércio internacional emergiu como um elemento fundamental para a recuperação econômica do país (SILVA e JOHNSON, 2013). No caso brasileiro, o novo século esteve associado a uma reorientação, sem rupturas radicais, da política externa do país.

2. CONTINUIDADES E REORIENTAÇÃO: A POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL E EM CUBA

A política externa brasileira, desde os anos 1930, sempre esteve associada ao projeto desenvolvimentista, variando conforme suas etapas e dinâmica. Com a crise do Estado desenvolvimentista, no final dos anos 1980, e as modificações do cenário internacional, com a nova onda globalizadora e as alterações na balança de poder, a política externa brasileira sofreu inúmeros ajustes derivadas da política interna e internacional. Tais ajustes foram compreendidos e implementados de diferentes formas pelos distintos governos (ALTEMANI, 2005; CERVO, 2006).

Nesse sentido, com o governo Collor, em 1990, se coloca em prática um projeto (neo) liberal de política que atua em concordância com o modelo americanista e implementa uma agenda adequada e subordinada aos interesses do livre comércio e de maior subordinação a perspectiva norte-americana. No governo Itamar tem-se uma busca por uma *autonomia pela participação*, ou seja, uma autonomia em concordância com o mercado internacional, que levasse a um maior protagonismo regional, fortalecendo, por exemplo, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Há, também, um direcionamento maior e mais contundente em relação à ONU, principalmente ao setor de segurança internacional. Tal projeto é retomado e refinado no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que promove uma inserção subordinada no cenário internacional, como

construção e emprego de instalações turísticas; implantação de atividades privadas para diversas profissões; implantação de um novo sistema tributário; reestruturação do sistema bancário; abertura dos mercados livres agropecuários e artesanal (FERNANDES, 2001, p. 55-56).

forma de garantir o acesso do país aos elementos residuais da balança de poder internacional e aos efeitos da onda globalizante (VILLA, 2005).

O governo de Lula (2002-2010) e, em menor medida, de Dilma (2011-2016), embora com menor ênfase e certo retraimento da projeção internacional do país, promoverá uma mudança de ênfase em tal política, pois como apontam Vigevani e Cepaluni (2007): “Na nossa interpretação, ao mesmo tempo em que não houve ruptura significativa com paradigmas históricos da política externa do Brasil, sendo algumas das diretrizes, desdobramentos e reforços das ações já em curso na administração FHC, houve uma significativa mudança nas ênfases dadas a certas opções abertas anteriormente à política externa brasileira” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 275).

Dessa forma, apontam que a política externa de FHC poderia ser definida pela noção de “*Autonomia pela Participação*” e caracterizada por uma inserção internacional do país relacionada ao potencial (relativo) que o país possuía e à aproximação com o centro hegemônico, adaptando-se ao novo sistema internacional, através da incorporação de novos temas na agenda do país (como direitos humanos, meio ambiente, transição democrática, reformas, ...), expressando os novos valores, compromissos e práticas internacionais (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007; CERVO, 2006).

Sendo assim, o governo Lula teria promovido uma gradual mudança estratégica para uma busca de “*Autonomia pela Diversificação*”, segundo Vigevani e Cepaluni (2007). Nesse sentido, o que estaria ocorrendo são ajustes na formulação da decisão burocrática e potenciais mudanças nas metas. Ou seja, “há mudanças de ideias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas e objetivos que estão colocados pela história, pela posição e pelo destino, mas não essencialmente diferentes dos existentes há muito para o Brasil” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 322). Dessa forma, é possível constatar semelhanças e diferenças entre ambos, pois: “Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências, e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 275).

Tal ajuste pode ser observado nos seguintes aspectos. Em primeiro lugar, foi utilizada a diplomacia presidencial, tornando-a pró-ativa e intensa, pois “o presidente

brasileiro, em algo mais de dois anos de governo, visitou mais países do que todos os que havia visitado o presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) em seu período de oito anos no comando do governo brasileiro” (VILLA, 2005, p. 16). Desta forma, Lula visitou: “na América Latina (Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, México, Cuba); África (Angola, San Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul); Oriente Médio (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia); Europa (Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Alemanha e Suíça); Estados Unidos (em varias ocasiões); e Ásia (Índia, China). O presidente Lula esteve presente em fóruns multilaterais, tais como Davos, Porto Alegre, G-8, ONU, UNCTAD e a cúpula de Presidentes Íbero-Américana e do MERCOSUL” (VILLA, 2005, p. 16).

Além disso, vale destacar a intensa mobilização em torno da ONU, tanto no sentido de alcançar um assento permanente em seu Conselho de Segurança como na atuação em inúmeros outros organismos e ações que poderiam ampliar a projeção internacional brasileira, como revela a coordenação da MINUSTAH no Haiti, entre outras.

Finalmente, deve-se destacar que tal política, motivada pela perspectiva das relações Sul-Sul, conduziu o país a uma maior aproximação com países em desenvolvimento, consolidando uma aliança em torno dos BRICS⁷ e, principalmente, uma ampliação e aprofundamento das relações regionais, tanto na África como na América Latina. Nesse sentido, o país atuou tanto multilateralmente, relançando o MERCOSUL, sepultando a ALCA e impulsionando a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), quanto bilateralmente, já que o comércio e a participação brasileira cresceram de forma significativa com todos os países da região.

Nesse sentido, a grande novidade, ou pelo menos a ênfase, na política externa brasileira tem sido a intensificação das relações com a América Latina, tendo em vista a tentativa de se colocar como ator emergente no cenário internacional, pois como aponta Dantas (2013), tal região tornou-se um dos principais polos do comércio exterior do Brasil, emergindo como o destino de 20% a 25% das exportações e cerca de 20% das importações brasileiras neste século, equilibrando-se, e em certos momentos até

⁷ Refere-se a cinco países emergentes economicamente: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Surge como um novo bloco, em 2008, para, a partir, de então unir forças para uma agenda em acordos político-econômico internacional. Para maiores informações: “<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>”. (Acesso em: 19 de agosto de 2016).

superando, os demais principais parceiros comerciais como China, EUA e União Europeia.

Desta forma:

A América Latina e o Caribe são, explicitamente, alvos da política externa brasileira, sobretudo como extensão dos laços criados e solidificados a partir do MERCOSUL; nesse contexto, a inserção de Cuba ocupa também uma posição a se destacar. Dessa forma, não só declarações oficiais da chancelaria brasileira, mas a própria verificação dos números que marcam a evolução comercial brasileira recente reforça a avaliação da região como uma das metas prioritárias nas relações externas do Brasil (DANTAS, 2013, p. 36).

Ressaltamos que este é o contexto que nos ajuda a compreender, adequadamente, as relações Brasil e Cuba. No caso cubano, o colapso do bloco soviético e o fim do intercâmbio estável e benéfico com a URSS lançou o país em sua mais grave crise no século XX e, diante disso, duas estratégias predominaram na política cubana até o momento: internamente, desenvolveu-se um processo de recuperação econômica e, externamente, Cuba procurou reconstruir seus laços e parcerias internacionais e se reinserir no cenário internacional para superação do isolamento, fruto também da relação conflitiva com a superpotência restante, os EUA (SALAZAR, 2000).

Dessa forma, o país procurou construir novas parcerias e diversificar suas relações comerciais e políticas, tanto no âmbito regional como internacional. Nesse sentido, concordamos com Serbin ao afirmar que:

A través de la revisión de esta política en diferentes ámbitos - el subregional, el regional, el atlántico y el global - argumentamos que uno de los mayores logros de la política exterior cubana en esta década ha sido la configuración de un entramado diversificado de relaciones internacionales que ha contribuído tanto a romper con el aislamiento impuesto como a preservar un margen de autonomía que posibilitara la continuidad del sistema político establecido en la isla desde 1959 (SERBIN, 2011, p. 230).

3. O INTERCÂMBIO COMERCIAL, PROJETOS DE COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS NA RELAÇÃO BRASIL E CUBA

Sobre as relações entre Brasil e Cuba é possível constatar, inicialmente, uma convergência no desenvolvimento da política externa nestas duas primeiras décadas associada ao envolvimento e ativismo de ambos no cenário internacional, embora no caso cubano tal ação esteja limitada por sua grave crise. Além disso, pode-se destacar que, embora com objetivos e interesses particulares, tal relação tornou-se convergente na medida em que Cuba necessitava de recursos e apoios que o Brasil poderia propiciar e

este, ao projetar sua imagem internacional, poderia se beneficiar de tal relação, reafirmando sua hegemonia no contexto latino-americano. Sendo assim, as relações entre ambos tornaram-se mais intensas e diversificadas, dentro dos marcos de ampliação da participação brasileira no cenário regional (GAMA, 2014; REZENDE, 2010).

Nesse sentido, a balança comercial entre ambos foi-se ampliando, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

**QUADRO 1 - COMÉRCIO EXTERIOR BRASIL-CUBA
(US\$ MILHOES FOB)**

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2015	513.556.571	50.696.538	462.860.033	564.253.109
2014	507.778.160	61.068.065	446.710.095	568.846.225
2013	528.172.441	96.619.009	431.553.432	624.791.450
2012	568.126.174	95.662.079	472.464.095	663.788.253
2011	550.169.353	91.778.158	458.391.195	641.947.511
2010	414.871.651	73.417.244	341.454.407	488.288.895
2009	277.230.116	53.386.714	223.843.402	330.616.830
2008	526.848.434	45.364.051	481.484.383	572.212.485
2007	323.850.748	88.790.438	235.060.310	412.641.186
2006	343.824.663	31.595.636	312.229.027	375.420.299
2005	245.726.571	38.876.528	206.850.043	284.603.099
2004	132.061.869	45.308.841	86.753.028	177.370.710
2003	69.607.616	22.384.614	47.223.002	91.992.230
2002	73.980.371	14.117.059	59.863.312	88.097.430
2001	112.025.635	10.602.864	101.422.771	122.628.499
2000	94.596.367	20.740.658	73.855.709	115.337.025

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDCE) (Elaboração dos autores)

Fica explícito o incremento das relações comerciais e sua tendência crescente já que, entre 2003 e 2015, houve um aumento de quase 580% no comércio bilateral. Mesmo com a crise de 2008, que atingiu principalmente os países metropolitanos e que ainda não havia atingido fortemente tanto o Brasil como Cuba. Neste sentido, vale destacar que em

2009 - onde se dá o reflexo mais claro da crise – de fato cai a exportação brasileira (em aproximadamente metade), porém a importação se manteve bem. Em suma, a relação comercial foi ampliada neste século, assim como com os demais países da região, o que gerou um impacto muito significativo para a economia cubana. Vale ressaltar que tal crescimento resistiu à crise que se abateu sobre a economia brasileira em 2015, pois o volume do intercâmbio continuou em ascensão.

Além do aumento do volume de negócios, quando nos debruçamos sobre a natureza e fonte dos produtos exportados pelo Brasil, podemos destacar alguns elementos, conforme indica o seguinte quadro:

QUADRO 2 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA CUBA

DESCRIÇÃO	2014 (JAN/JUN) Valor US\$ FOB	2015 (JAN/JUN) Valor US\$ FOB
I – PRODUTOS DO REINO VEGETAL	61.515.123	49.203.654
II – GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	43.259.205	31.589.543
III – ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	24.902.099	34.618.541
IV – PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, BEBIDAS, ETC.	15.873.727	24.949.308
V – PRODUTOS MINERAIS	85.477	623.687

Fonte: MDCE (Elaboração dos autores)

Como se pode observar, as exportações brasileiras referem-se principalmente a produtos de origem vegetal e animal, o que demonstra não apenas a vitalidade do setor de exportações do país e o *boom* do agronegócio internamente, mas também é indicadora das características da economia cubana atual e sua necessidade de acesso a gêneros alimentícios e produtos de origem vegetal e animal e que os produtos industrializados possuem outros fornecedores ou são relegados a segundo plano por carência financeira ou outras razões.

Além da dimensão comercial, tal relação foi ampliada para novos aspectos. Sendo assim, foi aprimorado o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, que se desenvolve desde 1997, compreendendo diversos órgãos governamentais. O programa atinge as

áreas científicas, técnicas e tecnológicas em ações que compreendem agricultura, geologia, saúde, gestão bancária, vigilância sanitária e metrologia. No caso da saúde, trata-se de uma cooperação de mão-dupla já que Cuba é reconhecida pela ONU como um país modelo, desenvolvendo uma medicina com caráter humanista e com programas que atingem toda a população (Agência Brasileira de Cooperação, 2015⁸). Neste sentido, o desenvolvimento do Programa Mais Médicos do governo brasileiro, a partir de 2013, demonstra que Cuba pode fornecer pessoal e conhecimento de forma a atingir amplas parcelas da população e, apesar das críticas, tem um impacto significativo na política pública brasileira.

Sendo assim, pode-se destacar que os principais programas desenvolvidos se relacionam a agricultura, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mantendo inúmeros projetos, dentre os quais: assistência técnica para a produção de soja e milho em Cuba; limites permissíveis de metais pesados na agricultura cubana – Transferência e Adequação da Legislação Brasileira; intercâmbio de experiências e desenvolvimento de capacidades técnicas em controle biológico de pragas agrícolas entre Brasil e Cuba; transferência de metodologias para o controle genético de doenças emergentes, qualidade nutritiva e funcional do tomate e pimentão; apoio ao processo de diversificação integral agrícola e industrial do setor açucareiro cubano – Caprino-ovinocultura; e, finalmente, transferência de metodologias dos procedimentos utilizados para produção de sementes de soja e de milho híbrido. (EMBRAPA, 2015).

Além disso, outro elemento das relações entre os países é a política de financiamento/investimento desenvolvida pelo governo brasileiro que permitiu a Cuba a atualização de parte de sua infra-estrutura, como a modernização do Porto de Mariel, dentre outros. Nesse sentido:

as obras de modernização do Porto de Mariel, executadas por empresa brasileira, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na exportação de bens e serviços nacionais. O empreendimento, que se tornou o primeiro porto terminal de contêineres do Caribe, gerou cerca de 156 mil empregos diretos, indiretos e induzidos no território brasileiro, conforme estimativa da empresa brasileira responsável pela obra. Como principal porto de Cuba, Mariel é elemento fundamental para a inserção do país caribenho na economia global. A projetada implantação de uma Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) na região de Mariel, voltada para exportação, poderá

⁸ Para maiores informações ver: “<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cuba>”. (Acesso em: 02 de junho de 2015).

estimular o aumento da presença de empresas brasileiras em Cuba. (ITAMARATY, 2015⁹).

Novamente, vale ressaltar que tal processo não é uma exclusividade para a ilha caribenha, mas se coaduna a política desenvolvida nos últimos anos de ampliar a presença brasileira e sua projeção internacional, já que tais financiamentos também foram disponibilizados para inúmeras outras nações da América Latina e África.

Com o aporte do BNDES tais financiamentos permitiram o desenvolvimento de vários projetos no exterior, contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras e, certamente, para o crescimento da economia brasileira, apesar dos reveses dos dois últimos anos. A seguir podemos visualizar alguns destes financiamentos para obras no exterior:

QUADRO 3 - FINANCIAMENTO DE EXPORTAÇÃO PARA OBRAS NO EXTERIOR (BNDES)

PAÍS	De 2007 a abril de 2015 Valor US\$
Venezuela	2.250.507.621
República Dominicana	2.109.375.943
Argentina	1.870.679.896
Cuba	846.936.391
Moçambique	445.000.000

Fonte: BNDES (Elaboração dos autores)

Como se pode observar, os projetos em Cuba constituem-se um dos inúmeros financiamentos realizados e o valor, apesar de muito significativo para Cuba, não é o maior realizado pelo governo brasileiro.

Dessa forma, podemos indicar que tal relação propicia, de forma diferente, o alcance dos objetivos da política externa de cada nação. No caso brasileiro, tal relação contribui para sua inserção regional e para a projeção internacional do país, podendo possibilitar ainda inúmeras vantagens em relação a outras nações com o processo de

⁹ Para maiores informações ver: <http://www.itamaraty.gov.br>. (Acesso em: 08 de junho de 2015).

abertura econômica em curso em Cuba. No caso cubano, tal relação tem permitido o acesso a capitais, mercado e tecnologias, tão almejados desde os anos 1990, possibilitando a continuidade do processo de recuperação econômica e reinserção internacional. Apesar dos avanços, tal relação também é marcada por inúmeras críticas e sua continuidade depende, em grande medida, da dinâmica da política interna de cada país e de como se comportarão suas respectivas lideranças.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo procuramos analisar as relações entre Brasil e Cuba neste novo século. Para tanto, procuramos demonstrar que se intensificou o intercâmbio comercial, que se incrementaram o desenvolvimento de projetos de cooperação científico-tecnológica e a execução de projetos de financiamento. Sendo assim, constatamos que uma convergência de interesses tem aprofundado as relações entre os dois países.

Dessa forma, para o Brasil tal relação se insere nos marcos de uma política mais ativa no âmbito regional, abrangendo todos os países da região com diferentes ações e de projeção internacional, apesar dos recuos recentes. Sendo assim, a relação com Cuba constitui-se num desdobramento destes objetivos mais amplos e possibilita, especificamente, um melhor posicionamento do governo e das empresas brasileiras no processo de transição cubana.

No caso cubano, tal relação tem propiciado os recursos necessários à recuperação econômica do país e ao desenvolvimento de reformas em sua estrutura econômica. Nesse sentido, a dimensão e a relevância da economia brasileira parece ser um fator importante para o desenvolvimento do país, embora as relações com outros países da região são, neste momento, mais intensas por inúmeras razões.

Finalmente, considerando as dimensões analisadas podemos indicar alguns elementos. No que se refere ao intercâmbio comercial, podemos observar seu crescimento contínuo e o predomínio das exportações brasileiras sobre as importações, o que contribui para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Além disso, merece destaque o fato de que a maior parte do volume de exportações refere-se a produtos de origem vegetal e animal, o que é explicado pelo perfil da economia cubana, enquanto a presença de produtos industrializados é minoritária. Quanto aos projetos de cooperação,

observa-se a contribuição cubana na área de saúde e a contribuição brasileira em áreas relativas ao desenvolvimento agrícola e à pecuária do país. Finalmente, os financiamentos aportados pelo governo brasileiro constituem-se numa fonte fundamental para a modernização da estrutura produtiva cubana e potencializam a presença brasileira na ilha.

A continuidade e o aprofundamento de tal relação dependerão dos benefícios que cada nação possa desfrutar, da dinâmica política interna de cada país e, de certa forma, da dinâmica da retomada dos laços diplomáticos com os EUA e a suspensão do embargo comercial. Nesse sentido, caso tal retomada evolua positivamente, a presença brasileira poderá servir como contrapeso aos interesses norte-americanos e chineses na ilha caribenha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- ALBUQUERQUE, J.A. *A Política Externa do Governo Lula (2003-2005)*. São Paulo: Marco, 2007.
- ALTEMANI, Henrique. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BEZERRA, Gustavo H. Marques. 2012. *Da Revolução ao Reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)*. Brasília: FUNAG.
- CEPAL. *La Economía Cubana*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- CERVO, A. *A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)*. In: ALTEMANI E LESSA, H. e C. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DANTAS, Alexis Toríbio. 2013. *Comércio Exterior do Brasil: o papel da América Latina*. In: *Revista Mural Internacional*, vol. 4, nº 2, jul-dez, 2013.
- FERNANDES, George Ney de Souza. *Investimentos Estrangeiros Em Cuba: razões e oportunidades*. *Política Externa*. São Paulo, vol.8, n.4, p. 53-69, março-maio, 2001.
- GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. *A Reaproximação Estados Unidos-Cuba e a Política Externa Brasileira*. In: *Mundorama*, 23/12/2014. Disponível em: <http://mundorama.net/2014/12/23/a-reaproximacao-estados-unidos-cuba-e-a-politica-externa-brasileira-por-carlos-frederico-pereira-da-silva-gama/> (acesso em 01/07/2015).
- PECEQUILLO, Cristina S. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PISANI, Miguel Estéfano. *Política exterior de la revolución cubana*. La Habana: Ciências Sociales, 2002.

- REZENDE, Bruno Pereira. As relações Brasil-Cuba: liberalização, integração e desenvolvimento. In: Mundorama, 19/09/2010. Disponível em: <http://mundorama.net/2010/09/19/as-relacoes-brasil-cuba-liberalizacao-integracao-e-desenvolvimento-por-bruno-pereira-rezende/> (acesso em 21/03/2014).
- SADER, E. Cuba: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SALAZAR, Luiz Soares. El siglo XXI: posibilidades y desafíos para la revolución cubana. La Habana: Ciências Sociales, 2000.
- SÁNCHEZ-PARODI, Ramón. Raízes e atuação da política externa cubana. Política Externa. São Paulo, vol. 7, n. 2, p. 153-167, 1998.
- SEGRERA, Francisco López. Cuba: política exterior y revolución. La Habana: ISRI, 1998.
- SERBIN, A. “Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”. In: AYERBE, L. F. (Org.). Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; Cries, 2011.
- SILVA, Marcos Antonio da. Cuba e a Eterna Guerra Fria : mudanças internas e política externa nos anos 90. Dourados: Ed. UFGD, 2012.
- SILVA, Marcos Antonio da e JOHNSON, Guillermo Alfredo. Cuba e a Reinserção Internacional no Século XXI: em busca de novos parceiros. Revista Contexto e Educação, Ijuí, v. 28, n. 89, p. 170-198, Jan./Abr. 2013.
- VASCONCELOS, Luiz L. Um repasse sobre as relações Brasil-Cuba. In: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, julho a dezembro, 1991, pp. 187-203.
- VIGEVANI & CEPALUNI, T. e G. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, julho/dezembro, 2007.
- VILLA, Rafael Duarte. Política Externa do Governo Lula: continuidades e rupturas. Revista ADUSP, São Paulo, n. 34, p.12-19, Maio 2005.
- VILLA & VIANNA, R. e M. Política Externa do governo Lula: autonomia pela integração ou em busca de um novo paradigma. IN: ALBUQUERQUE, J.A. A Política Externa do Governo Lula (2003-2005). São Paulo: Marco, 2007.
- VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil- de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.